

Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.

CNPJ: 21.552.886/0001-56

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Delfina A Eólica S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2025.

Diretoria executiva	Cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras
Vago	Diretor de Construção
Thiago De Oliveira Mundim	Diretor de Operação e Manutenção

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Delfina A Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Delfina A Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	40.080	49.622
Títulos e valores mobiliários	4	20.685	12.326
Contas a receber de clientes	5	10.600	10.649
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		4.107	105
Outros tributos compensáveis		557	557
Almoxarifado		790	249
Adiantamento a fornecedores		-	2.159
Outros créditos		1.254	697
Total do ativo circulante		78.073	76.364
<u>Ativo não circulante</u>			
Cauções e depósitos	6	25.704	23.486
Depósitos vinculados	13	25	66
Adiantamento a fornecedores		2.159	-
Tributos diferidos	19	1.353	-
Imobilizado	7	529.462	541.680
Intangível	8	14.547	14.945
Total do ativo não circulante		573.250	580.177
Total do ativo		651.323	656.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	68.840	59.859
Empréstimos e financiamentos	10	19.426	19.309
Obrigações por arrendamentos		98	127
Outras obrigações fiscais		645	508
Dividendos a pagar		827	273
Salários, provisões e encargos sociais		292	183
Encargos setoriais		76	74
Ressarcimento mercado regulado	11	42.025	42.939
Outras obrigações		12.109	8.984
Total do passivo circulante		144.338	132.256
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	10	172.483	189.153
Obrigações por arrendamentos		5.543	5.273
Ressarcimento mercado regulado	11	340	4.780
Provisão para desmantelamento	12	554	1.213
Provisões para processos judiciais	13	379	276
Total do passivo não circulante		179.299	200.695
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	14	284.062	284.062
Reserva de lucros		42.255	39.528
Reserva de incentivos fiscais		1.369	-
Total do patrimônio líquido		327.686	323.590
Total do passivo		651.323	656.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	16	64.992	65.424
Custo	17	(39.527)	(43.482)
Lucro bruto		25.465	21.942
Receitas (despesas) operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(4.529)	(4.251)
Outras receitas operacionais		1.581	-
Total despesas operacionais		(2.948)	(4.251)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		22.517	17.691
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		6.801	9.180
Despesas financeiras		(21.780)	(20.536)
Variações cambiais líquidas		(2.156)	560
Total do resultado financeiro		(17.135)	(10.796)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		5.382	6.895
Imposto de renda e contribuição social	19		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.181)	(5.744)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.353	-
Incentivo fiscal		1.369	-
Total dos tributos sobre o lucro		(459)	(5.744)
Lucro líquido do exercício		4.923	1.151
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	15	0,0173	0,0041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	4.923	1.151
Total dos resultados abrangentes do exercício	4.923	1.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros			Total
	Capital subscrito	Reserva legal	Incentivo fiscal - SUDENE	Reserva para reforço de capital de giro	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	284.062	3.447	-	35.203	-	322.712
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.151	1.151
<u>Transações com os acionistas</u>						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(273)	(273)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>						
Reserva legal	-	58	-	-	(58)	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	820	(820)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	284.062	3.505	-	36.023	-	323.590
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.923	4.923
<u>Transações com os acionistas</u>						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(827)	(827)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>						
Reserva legal	-	246	-	-	(246)	-
Reserva de lucros - incentivo fiscal SUDENE	-	-	1.369	-	(1.369)	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	2.481	(2.481)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	284.062	3.751	1.369	38.504	-	327.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício	4.923	1.151
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	20.744	22.801
Variações cambiais da dívida	1.779	2.169
Atualização monetária de processos judiciais	63	31
Provisões para processos judiciais	40	-
Juros sobre obrigações de arrendamento	1.062	997
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15.416	16.576
Provisão para desmantelamento	126	90
Custo de transação	131	131
Tributos e contribuições sociais diferidos	(1.353)	-
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	49	(5.954)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(4.002)	(105)
Depósitos vinculados	41	(2)
Almoxarifado	(541)	80
Adiantamento a fornecedores	-	27
Outros créditos	(557)	4.523
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	8.981	(506)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.217	4.998
Outras obrigações fiscais	137	317
Salários, provisões e encargos sociais	109	(18)
Encargos setoriais	2	29
Ressarcimento mercado regulado	(5.354)	8.533
Outras obrigações	3.125	2.978
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(15.515)	(16.631)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(1.058)	(913)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(4.217)	(6.533)
Pagamento de processos judiciais	-	(17)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	28.348	34.752
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(8.512)	(4.919)
Adições para ativo intangível	(152)	-
Títulos e valores mobiliários	(8.359)	(12.326)
Cauções e depósitos	(2.218)	4.079
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(19.241)	(13.166)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Captação de empréstimos e financiamentos	560	2.371
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(18.924)	(18.465)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(12)	(92)
Pagamento de dividendos	(273)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(18.649)	(16.186)
Variação no caixa líquido	(9.542)	5.400
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	49.622	44.222
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	40.080	49.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Delfina A Eólica S.A. (“Companhia”), controlada pela Enel Brasil S.A., foi constituída em 11 de dezembro de 2014, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Companhia explora o potencial eólico de 84 MW no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, com contrato vigente até 8 de maio de 2050, que foi objeto do Leilão nº 08/2014-ANEEL, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais, de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 13 de fevereiro de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	<p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p>	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <p>Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p>	1º de janeiro de 2026

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

Nota 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa,

Nota 7 – Imobilizado,

Nota 8 – Intangível,

Nota 12 – Provisão para desmantelamento,

Nota 13 – Provisões para processos judiciais,

Nota 21 – Instrumentos financeiros

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	563	3.322
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	3.501	46.300
Operações compromissadas	36.016	-
Total	40.080	49.622

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados, em média a 100,25% do CDI (CDBs foram remunerados, em média 99,00% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 21).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se a investimento em títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Fundos de investimentos exclusivos</u>		
Títulos públicos	18.058	12.326
LF - Letra Financeira	2.627	-
Total	20.685	12.326

O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 7,35% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de dezembro de 2024 (4,52% em 31 de dezembro de 2023).

Estes fundos de Investimento são administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em média, a 100,25% do CDI (93,92% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	Nota	A vencer	Vencidos			Total	PECLD	31.12.2024
			até 60 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Mecanismo de curto prazo - MCP		39	-	-	-	39	-	39
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		274	-	-	-	274	-	274
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		7.084	-	-	143	7.227	(143)	7.084
Contas a receber - partes relacionadas	20	-	1.409	1.573	221	3.203	-	3.203
Total		7.397	1.409	1.573	364	10.743	(143)	10.600

	Nota	A vencer	Vencidos		Total	PECLD	31.12.2023
			até 60 dias	mais de 360 dias			
Mecanismo de curto prazo - MCP		67	-	-	67	-	67
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		274	-	-	274	-	274
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		6.804	-	143	6.947	(143)	6.804
Contas a receber - partes relacionadas	20	1.573	-	1.931	3.504	-	3.504
Total		8.718	-	2.074	10.792	(143)	10.649

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP e Ressarcimento ACR) e, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Não ocorreram movimentações nas provisões de PECLD para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

6. Cauções e depósitos

	31.12.2024	31.12.2023
Conta centralizadora	7.221	4.162
Conta de reserva de O&M	2.005	2.272
Conta reserva do serviço da dívida do BNDES	16.478	17.052
Total	25.704	23.486

O saldo é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de empréstimos e financiamentos destacados abaixo:

- **Conta centralizadora:** conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos no contrato de financiamento com o BNDES;
- **Conta reserva do serviço da dívida do BNDES:** conta corrente para a qual é transferido o valor necessário para perfazer o saldo integral mínimo de 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida.
- **Conta reserva de O&M:** conta corrente composta por aportes equivalentes a 25% do valor anual dos pagamentos dos contratos de O&M;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uma vez que as contas estão atreladas ao empréstimo captado, com data de vencimento em 15 de fevereiro de 2035, a rubrica de cauções e depósitos encontra-se classificada como não circulante no balanço em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Em 2024 e 2023, o saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES foi mantido em 6x o valor do serviço da dívida, pois a apuração do Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) ficou abaixo de 1,20 no ano de 2023 e 2022.

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias e linhas de transmissão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2023	Adições	Depreciação	Desmantelamento	Transferências	31.12.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cívicas e benfeitorias	101.159	-	-	(785)	34.517	134.891
Máquinas e equipamentos	505.326	-	-	-	(3.863)	501.463
Veículos	211	-	-	-	-	211
Móveis e utensílios	14	-	-	-	(14)	-
Linhas de transmissão	54.753	-	-	-	(30.640)	24.113
	661.463	-	-	(785)	-	660.678
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cívicas e benfeitorias	(18.712)	-	(3.109)	-	(8.100)	(29.921)
Máquinas e equipamentos	(100.732)	-	(15.356)	-	933	(115.155)
Veículos	(69)	-	(55)	-	-	(124)
Móveis e utensílios	(4)	-	(1)	-	5	-
Linhas de transmissão	(10.851)	-	(1.673)	-	7.162	(5.362)
	(130.368)	-	(20.194)	-	-	(150.562)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Máquinas e equipamentos	5.855	8.512	-	-	-	14.367
	5.855	8.512	-	-	-	14.367
Total do imobilizado	536.950	8.512	(20.194)	(785)	-	524.483
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	4.730	249	-	-	-	4.979
	4.730	249	-	-	-	4.979
Total	541.680	8.761	(20.194)	(785)	-	529.462

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adições	Depreciação	Baixas	Desmantelamento	Transferências	31.12.2023
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	100.759	-	-	-	400	-	101.159
Máquinas e equipamentos	502.314	-	-	-	-	3.012	505.326
Veículos	137	-	-	-	-	74	211
Móveis e utensílios	14	-	-	-	-	-	14
Linhas de transmissão	54.753	-	-	-	-	-	54.753
	657.977	-	-	-	400	3.086	661.463
<u>Depreciação acumulada</u>							
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	(15.345)	-	(3.367)	-	-	-	(18.712)
Máquinas e equipamentos	(83.928)	-	(16.804)	-	-	-	(100.732)
Veículos	(48)	-	(21)	-	-	-	(69)
Móveis e utensílios	(3)	-	(1)	-	-	-	(4)
Linhas de transmissão	(9.027)	-	(1.824)	-	-	-	(10.851)
	(108.351)	-	(22.017)	-	-	-	(130.368)
<u>Imobilizado em curso</u>							
Máquinas e equipamentos	4.644	4.297	-	-	-	(3.086)	5.855
	4.644	4.297	-	-	-	(3.086)	5.855
Total do imobilizado	554.270	4.297	(22.017)	-	400	-	536.950
<u>Ativo de direito de uso</u>							
Terrenos	6.233	-	(184)	(1.319)	-	-	4.730
	6.233	-	(184)	(1.319)	-	-	4.730
Total	560.503	4.297	(22.201)	(1.319)	400	-	541.680

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto anual ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 12).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Qualquer alteração nos custos esperados de desmontagem, remoção e restauração que resulte de alterações nas estimativas da época ou uso dos recursos econômicos necessários para cumprir a obrigação ou de uma mudança na taxa de desconto é reconhecida como aumento ou redução no ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Depreciação

O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício. Em 2024, a Companhia revisou o desmembramento de ativos das tecnologias eólica, solar e hidráulica e harmonizou as taxas de depreciação segregando os ativos nas tipologias elétricos e não elétricos, considerando a experiência da Companhia com ativos semelhantes e com auxílio de uma consultoria técnica, empresa especializada no setor elétrico. Com base no exposto, a Companhia adotou as seguintes premissas para definição das vidas úteis:

Tecnologia eólica e solar (não reguladas):

- Bens elétricos: considerando que os ativos elétricos estão vinculados diretamente a produção de energia elétrica e a prática usual deste tipo de tecnologia, as vidas úteis foram harmonizadas até o fim da autorização em conformidade com os despachos emitidos pela ANEEL

A companhia mantém o reconhecimento de provisão para desmantelamento do parque e segundo práticas do setor elétrico estima alienar os ativos como sucata ao final da autorização.

- Bens não elétricos: depreciação dos ativos definida em práticas do setor elétrico, limitada ao prazo de autorização:
 - i. Equipamento geral: 10-30 anos
 - ii. Softwares: 5 anos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- iii. Sobressalentes: 20-30 anos
- iv. Veículos: 7 anos
- v. Móveis e Utensílios: 16 anos

Dessa forma, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados após a revisão, são as seguintes:

Elétricos

Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,86%
Máquinas e equipamentos	3,86% - 5,00%
Linhas de transmissão	3,86%

Não elétricos

Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

Os efeitos da revisão do valor residual e vida útil de cada ativo foram reconhecidos prospectivamente, a partir de 01 de janeiro de 2024, e impactaram em R\$ 2.054 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A depreciação do exercício de 2024 no valor de R\$ 20.194, considerando-se as taxas não revisadas, seria de R\$ 22.248.

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2024:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	25,42

8. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia eólica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço		Em curso	31.12.2024	31.12.2023
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Direito de uso da concessão	17.873	(4.118)	13.755	-	13.755
Custo incremental	102	(13)	89	-	89
Software	-	-	-	703	703
Total	17.975	(4.131)	13.844	703	14.547

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2023	Adições	Amortização	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	17.873	-	-	17.873
Custo incremental	63	39	-	102
	17.936	39	-	17.975
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(3.575)	-	(543)	(4.118)
Custo incremental	(6)	-	(7)	(13)
	(3.581)	-	(550)	(4.131)
<u>Intangível em curso</u>				
Software	590	113	-	703
	590	113	-	703
Total	14.945	152	(550)	14.547

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adições	Amortização	31.12.2023
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	17.873	-	-	17.873
Custo incremental	31	32	-	63
	17.904	32	-	17.936
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(2.979)	-	(596)	(3.575)
Custo incremental	(2)	-	(4)	(6)
	(2.981)	-	(600)	(3.581)
<u>Intangível em curso</u>				
Software	-	590	-	590
	-	590	-	590
Total	14.923	622	(600)	14.945

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil dos ativos intangíveis, são as seguintes:

Administração	%
Direito de uso da concessão	3,08%
Custo incremental	2,38%

9. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia		4	8
Encargo de uso da rede		472	432
Encargo de uso da rede - partes relacionadas	20	-	4
		476	444
Materiais e serviços		7.735	7.511
Materiais e serviços - partes relacionadas	20	60.629	51.904
		68.364	59.415
Total		68.840	59.859

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado.

10.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Circulante			Não circulante		31.12.2024	Circulante			Não circulante		31.12.2023
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	
Moeda nacional						Total circulante + não circulante						Total circulante + não circulante
BNDES	18.821	605	19.426	172.483	172.483	191.909	18.608	701	19.309	189.153	189.153	208.462
Total	18.821	605	19.426	172.483	172.483	191.909	18.608	701	19.309	189.153	189.153	208.462

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Delfina A Eólica S.A.**

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.962	203.349	222.311
Captações	2.371	-	2.371
Encargos provisionados	16.576	-	16.576
Encargos pagos	(16.631)	-	(16.631)
Variação monetária	2.169	-	2.169
Transferências	14.196	(14.196)	-
Pagamentos / amortizações	(18.465)	-	(18.465)
Amortização custos de transação	131	-	131
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.309	189.153	208.462
Captações	560	-	560
Encargos provisionados	15.416	-	15.416
Encargos pagos	(15.515)	-	(15.515)
Variação monetária	1.779	-	1.779
Transferências	16.670	(16.670)	-
Pagamentos / amortizações	(18.924)	-	(18.924)
Amortização custos de transação	131	-	131
Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.426	172.483	191.909

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
BNDES	2.361	06/10/23	15/02/35	IPCA+4,79% aa	SAC	Mensal	Capex	Sim
BNDES	279.160	25/10/19	15/02/35	TJLP+1,86% aa	SAC	Mensal	Capex	Sim

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	18.817	18.816	18.816	18.816	97.218	172.483

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Garantias:

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente;
- Fiança bancária;
- Penhor das ações da interveniente Enel Brasil S.A.;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

Cláusulas restritivas (Covenants)

ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
BNDES	ICSD - Geração de Caixa / Serviço da Dívida	1,20	Anual

I. Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no exercício, líquidos de diferimentos, excluindo-se a despesa de imposto de renda e contribuição social decorrentes das receitas financeiras;

II. Serviço da dívida refere-se ao somatório de 12 meses de pagamentos de amortização de principal e juros realizadas no ano de referência das operações de empréstimos, financiamentos, exceto ao referente ao subcrédito social do contrato com o BNDES;

III. EBITDA do ano de referência refere-se ao (+/-) lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido; (+/-) resultado financeiro líquido negativo/positivo; (+/-) resultado com equivalência patrimonial negativo/positivo; (+) depreciações e amortizações; (+/-) perdas (desvalorização) por *impairment* / reversões de perdas anteriores; (+/-) prejuízo/lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangível.

O contrato de financiamento determina a apuração do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) para fins de ajuste do montante mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES, conforme explicitado nas definições das contas, na nota explicativa nº 6.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o ICSD foi apurado abaixo de 1,20.

11. Ressarcimento mercado regulado

Em 2024, a Companhia possui passivo circulante de R\$ 42.025 (R\$ 42.939 em 2023) e não circulante de R\$ 340 (R\$ 4.780, em 2023), referentes ao ressarcimento do mercado regulado. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER).

As regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos.

Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Delfina A Eólica S.A.

contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual e quadrienal.

O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado ("flat"). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

12. Provisão de desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 14,72% (10,41% em 31 de dezembro de 2023), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

Os custos de desmontagem, remoção e/ou restauração são reconhecidos da seguinte forma:

- A estimativa atual dos custos é projetada para o futuro, a fim de estimar o valor que será gasto durante o ano em que a desmontagem, remoção e/ou restauração será realizada;
- Esse valor é posteriormente descontado usando uma taxa de juros apropriada. A taxa de desconto é determinada incluindo impostos e reflete as avaliações de mercado atuais do valor presente do dinheiro e os riscos específicos associados ao passivo. A taxa de atualização não reflete os riscos para os quais os fluxos financeiros futuros estimados já foram ajustados. Os procedimentos operacionais para determinar essa taxa de desconto são estabelecidos pela Controladora. O valor presente líquido representa o custo, que deve ser reconhecido como um aumento no custo histórico do ativo (ou de um componente específico) e coincide com o valor da alocação inicial para a "Provisão para desmontagem e restauração".

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	1.213	723
Adição	-	400
Baixas	(785)	-
Atualização financeira	126	90
Saldo final	554	1.213

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13. Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

13.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	<u>Depósitos vinculados</u>						
	31.12.2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	25	49	(9)	32	97	25	23
Cíveis	251	-	-	31	282	-	43
Total	276	49	(9)	63	379	25	66

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Depósitos vinculados

	31.12.2022	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2023	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	-	23	-	2	-	25	23	21
Cíveis	262	11	(20)	15	(17)	251	43	43
Total	262	34	(20)	17	(17)	276	66	64

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

Cíveis:

Pelo Cíveis fundiário, há a existência de cinco ações constitutivas de servidão administrativa em que se discutem os valores devidos a título de indenização pelas benfeitorias impactadas quando da construção do parque eólico e nos imóveis por ele afetados. Além dos processos citados acima, existem processos cíveis, decorrentes de ações indenizatórias ajuizadas por ex-fornecedores, bem como ações de ressarcimento em geral, e por fim ações que envolvem temas regulatórios.

Trabalhistas:

Processos de natureza trabalhista, que pleiteiam responsabilidade subsidiária da Companhia, envolvendo pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros.

13.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	2.460	2.259
Cíveis	434	338
Total	2.894	2.597

Trabalhistas:

Processos de natureza trabalhista, que pleiteiam responsabilidade subsidiária da Companhia, envolvendo pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros.

Cíveis:

A Companhia discute, no âmbito cível, principalmente a processos relacionados a reintegração de posse e servidão administrativa.

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social é de R\$ 284.062 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A	284.062.483	100,00%	284.062.483	100,00%
Total	284.062.483	100,00%	284.062.483	100,00%

14.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

14.3 Reserva de reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme o estatuto social da Companhia.

14.4 Destinação do resultado

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	4.923	1.151
(-) Reserva legal	(246)	(58)
(-) Incentivo fiscal	(1.369)	-
Lucro líquido do exercício ajustado	3.308	1.093
Dividendo mínimo obrigatório	(827)	(273)
Reserva para reforço de capital de giro	(2.481)	(820)
Total	-	-

Em 30 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a constituição de reserva legal no montante de R\$ 58, distribuição aos acionistas o montante de R\$ 273 na forma de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 820 como alocação para reserva para reforço de capital de giro.

14.5 Dividendos

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 se encontra detalhada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	273	-
<u>Efeito não caixa</u>		
Dividendo mínimo obrigatório	827	273
<u>Efeito caixa</u>		
Dividendos pagos	(273)	-
Saldo final	827	273

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		4.923	1.151
Número de ações	14	284.062.483	284.062.483
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		0,0173	0,0041

16. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2024	2023
Suprimento de energia elétrica	16.1	72.708	67.024
Mercado de curto prazo	16.2	-	5
Outras receitas - partes relacionadas	20	-	1.573
Receita operacional bruta		72.708	68.602
Deduções da receita			
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(359)	(319)
ICMS		(289)	(299)
COFINS		(5.807)	(2.104)
PIS		(1.261)	(456)
Total deduções da receita		(7.716)	(3.178)
Total		64.992	65.424

16.1 Receita de venda e suprimento de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Delfina A Eólica S.A.****16.2 Mercado de curto prazo**

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

17. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

		2024			
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(1.463)	(14)	-	(1.477)
(-) Capitalização dos custos de pessoal		368	-	-	368
Material		(82)	(46)	-	(128)
Material - partes relacionadas	20	(6.659)	-	-	(6.659)
(-) Capitalização dos custos de material		6.089	-	-	6.089
Serviços		(10.834)	(291)	-	(11.125)
Serviços - partes relacionadas	20	-	(3.074)	-	(3.074)
Encargos do uso de rede elétrica		(4.628)	-	-	(4.628)
Aluguéis e arrendamentos		(48)	-	-	(48)
Seguros		(1.526)	-	-	(1.526)
Depreciação e amortização		(20.744)	-	-	(20.744)
Provisões para processos judiciais		-	(40)	-	(40)
Alienação de bens - partes relacionadas	20	-	-	1.409	1.409
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(1.064)	172	(892)
Total		(39.527)	(4.529)	1.581	(42.475)

		2023		
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal		(1.304)	(3)	(1.307)
(-) Capitalização dos custos de pessoal		303	-	303
Material		(529)	(75)	(604)
Serviços		(13.625)	(104)	(13.729)
Serviços - partes relacionadas	20	-	(3.161)	(3.161)
Energia elétrica comprada para revenda		(17)	-	(17)
Encargos do uso de rede elétrica		(4.674)	-	(4.674)
Transporte de potência de energia		(15)	-	(15)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas	20	(12)	-	(12)
Aluguéis e arrendamentos		(17)	-	(17)
Seguros		(791)	-	(791)
Depreciação e amortização		(22.801)	-	(22.801)
Provisões para processos judiciais		-	(14)	(14)
Outras despesas operacionais		-	(894)	(894)
Total		(43.482)	(4.251)	(47.733)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18. Resultado financeiro

	2024	2023
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	7.141	9.149
Atualização monetária dos depósitos judiciais	2	2
Atualização de créditos tributários	12	29
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(354)	-
	6.801	9.180
<u>Despesas financeiras</u>		
Custo de transação	(131)	(131)
Encargos de dívidas	(17.195)	(18.745)
Variação monetária de processos judiciais e outros	(63)	(17)
Atualização de impostos e multas	(143)	(288)
Cartas de fiança e seguros em garantia	(2.869)	(8)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(124)	(103)
Atualização financeira desmantelamento	(126)	(90)
Juros sobre obrigações de arrendamento	(1.062)	(997)
Outras despesas financeiras	(67)	(157)
	(21.780)	(20.536)
<u>Variações cambiais líquidas</u>		
Outras variações cambiais	(2.156)	560
	(2.156)	560
Total	(17.135)	(10.796)

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Delfina A Eólica S.A.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
<u>Composição dos tributos no resultado:</u>		
Na rubrica de tributos		
Correntes	(2.333)	(848)
Diferidos	995	358
Incentivo fiscal	1.369	-
Total	31	(490)
<u>Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</u>		
Resultado antes dos tributos	5.382	5.382
<u>Adições:</u>		
Outras despesas indedutíveis	65	65
Total das adições	65	65
Base de cálculo	5.447	5.447
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(1.338)	(490)
SUDENE	1.369	-
Total	31	(490)
Alíquota efetiva	0,58%	9,10%

(b) Imposto Diferido

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



<u>Balancos patrimoniais</u>		<u>Resultado</u>	
<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>

Tributos diferidos ativos:

Arrendamento - CPC 06 (R2)	(30)	-	(30)	-
Provisão para processos judiciais e outros riscos	19	-	19	-
Variação cambial	417	-	417	-
Outras provisões	947	-	947	-
Total	1.353	-	1.353	-

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

2025	2026	2027	2028	Após 2028
597	4	4	4	744

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

(c) Incentivo fiscal

A Companhia tem reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração para a atividade de geração de energia, cujo empreendimento está instalado em área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. O laudo constitutivo foi aprovado em 2019 com o período de fruição de 10 anos, de janeiro de 2019 a dezembro de 2028. Haja vista a opção pelo regime de lucro presumido entre os anos de 2019 e 2023, o período de fruição do benefício iniciou em 1º de janeiro de 2024. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o benefício de redução do IRPJ foi de R\$ 1.369. O valor do imposto de renda que deixar de ser pago em virtude de sua redução pelo benefício fiscal não poderá ser distribuído aos acionistas sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, da Lei nº 12.973/14.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adotou o lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

	2023
Receita de suprimento de energia elétrica	68.572
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	5.486
Renda de aplicações financeiras	9.149
Outras receitas financeiras	1.604
Total base de cálculo do imposto de renda	16.239
Alíquota do imposto de renda (15%)	(2.436)
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês (10%)	(1.588)
Total do imposto de renda	(4.024)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	8.229
Renda de aplicações financeiras	9.149
Outras receitas financeiras	1.604
Total base de cálculo da contribuição social	18.982
Alíquota da contribuição social (9%)	(1.708)
Total	(5.732)

20. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

20.1 Controladora (Enel Brasil)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Dividendos a pagar	Dezembro de 2025	(827)	(273)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(52.621)	(47.986)	(3.074)	(3.161)
Total		(53.448)	(48.259)	(3.074)	(3.161)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou pagamentos no valor de R\$ 1.749 para partes relacionadas, no que se refere a compartilhamento de despesas comuns.

20.2 Empresas de controle comum

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Delfina A Eólica S.A.

Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Despesas	Receitas (despesas)
Transporte de energia					
Enel Cien S.A.	Até março 2023	-	(4)	-	(12)
		-	(4)	-	(12)
Compra de estoque					
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	Indeterminado	(2.307)	1.573	(3.880)	1.573
Enel Green Power Delfina D Eólica S.A.	Indeterminado	(1.370)	-	(1.370)	-
		(3.677)	1.573	(5.250)	1.573
Suporte operacional					
Enel Green Power S.p.A.	De janeiro de 2018 até o término dos serviços	(13.376)	(11.220)	-	-
		(13.376)	(11.220)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns					
Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	-	3	-	-
Enel Green Power Ventos de Santa Angela Acl 13 S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	16	16	-	-
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 08 S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	-	138	-	-
Enel Power do Brasil Ltda.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	(80)	(80)	-	-
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	-	114	-	-
Enel Green Power Ituverava Solar S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	-	(1.213)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	102	790	-	-
Enel Green Power Cristal Eólica S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	-	13	-	-
Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	-	(7)	-	-
Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	196	196	-	-
Enel Green Power Salto Apiacás S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	-	(176)	-	-
Enel Green Power Morro Do Chapéu I Eólica S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	-	259	-	-
Enel Green Power Zeus II-Delfina VIII S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	25	196	-	-
Enel Green Power Ventos Santa Angela 02 S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	52	73	-	-
Isamu Ikeda Energia S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	-	(4)	-	-
Enel Green Power Delfina B Eólica S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	-	(4)	-	-
Enel Green Power Modelo I Eólica S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	-	(11)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo II 08 S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	-	50	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	394	464	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 11 Ltda.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	623	256	-	-
Socibe Energia S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro 2025	-	(3)	-	-
		1.328	1.070	-	-
Total		(15.725)	(8.581)	(5.250)	1.561

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruïdas em relação à fruïção de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2024 e 2023.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

21.1 Instrumentos financeiros

21.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



				31.12.2024		31.12.2023	
	Categoria	Nível (a)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	40.080	40.080	49.622	49.622	
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	20.685	20.685	12.326	12.326	
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	10.600	10.600	10.649	10.649	
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	25.704	25.704	23.486	23.486	
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	25	25	66	66	
Total do ativo			97.094	97.094	96.149	96.149	
Passivo							
Fornecedores	Custo amortizado	2	68.840	68.840	59.859	59.859	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	191.909	149.530	208.462	192.260	
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	5.641	5.641	5.400	5.400	
Ressarcimento mercado regulado	Custo amortizado	2	42.365	42.365	47.719	47.719	
Total do passivo			308.755	266.376	321.440	305.238	

Conforme detalhado na nota explicativa 21.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

21.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

21.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, *compliance* e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Delfina A Eólica S.A.

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii), depósitos vinculados.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	40.080	49.622
Títulos e valores mobiliários	4	20.685	12.326
Contas a receber de clientes	5	10.600	10.649
Depósitos vinculados	13	25	66
Total		71.390	72.663

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	10	191.909	208.462
Dívida		191.909	208.462
Caixa e equivalentes de caixa	3	(40.080)	(49.622)
Títulos e valores mobiliários	4	(20.685)	(12.326)
Dívida líquida (a)		131.144	146.514
Patrimônio líquido (b)	14	327.686	323.590
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])		28,58%	31,17%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

Do total das obrigações no passivo circulante, parte significativa refere-se a obrigações de compartilhamento de infraestrutura e suporte operacional com a controladora Enel Brasil e outras empresas do grupo, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	total
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	2.786	5.578	24.555	117.347	116.956	267.222
Total	2.786	5.578	24.555	117.347	116.956	267.222

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Delfina A Eólica S.A.

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Dívidas	31.12.2024	Projeção receitas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA						
BNDDES	2.704	196	230	263	296	329
TJLP						
BNDDES	190.535	10.849	14.422	17.935	21.390	24.789
Total	193.239	11.045	14.652	18.198	21.686	25.118

21.4 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

22. Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Delfina A Eólica S.A.

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	633.625	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	N/A	100.860
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	N/A	125.691

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

23. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

23.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	31.12.2024	31.12.2023
Apresentados nas atividades operacionais	(15.515)	(16.631)
Total	(15.515)	(16.631)

23.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Efeito caixa	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	10	560	2.371
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	10	(18.924)	(18.465)
Pagamento de arrendamento (principal)		(12)	(92)
Pagamento de dividendos	14	(273)	-
Total		(18.649)	(16.186)

24. Eventos subsequentes

Efeitos do *Curtilment*

Em 22 de janeiro de 2025, foi revogada a liminar que garantia os geradores eólicos e solares, o direito de receber os ressarcimentos relacionados aos efeitos do *Curtilment*, medida que gerou impactos nos resultados das operações de geração de energia elétrica.

Apesar da revogação, a Companhia permanece empenhada em assegurar seus direitos. Além das ações legais em andamento para reverter a decisão, a administração está conduzindo esforços regulatórios, institucionais e técnicos com o objetivo de mitigar os impactos e buscar alternativas que reduzam os efeitos do *Curtilment*.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Delfina A Eólica S.A.

A administração segue acompanhando os desdobramentos e manterá os acionistas e demais partes interessadas informados sobre o andamento do processo. A revogação da referida liminar não afeta quaisquer montantes registrados nas presentes demonstrações financeiras.